

SINPEEM defende a manutenção e ampliação de direitos para a categoria **Página 5**

Eleições 2012: conheça as propostas dos candidatos a prefeito para a educação Páginas 6 e 7

Veja a programação do SINPEEM Park Hotel e SINPEEM Peruíbe Hotel **Página 12**

Baile do SINPEEM:
inscrições pela internet,
a partir de 08 de outubro
Página 3

**Projeto de Lei que cria duas
referências continua tramitando
na Câmara Municipal**
Página 8

**Sindicato exige a publicação
imediate da evolução funcional
do quadro de apoio**
Página 9

EDIÇÃO ELETRÔNICA – SETEMBRO DE 2012 – ANO 16 – Nº 125 – FILIADO À CNTE, À CUT E AO DIEESE

JORNAL DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO
NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SINPEEM



**23º Congresso
do SINPEEM:**
de 06 a 09/11,
no Anhembi
Página 4

VITÓRIA DO SINPEEM:

LEI GARANTE FÉRIAS COLETIVAS E RECESSO PARA CEIs e EMEIs

A Lei nº 15.625, publicada no DOC de 20 de setembro, com a emenda do vereador professor Claudio Fonseca, garante férias coletivas e recesso para todas as unidades da rede direta, indireta e conveniada do município de São Paulo. A sanção desta importante lei é mais uma conquista do SINPEEM. Vitória da luta da categoria, combinada com a capacidade de negociação e representação comprometida, séria, responsável e competente. **Página 3**

Conselho Geral do SINPEEM toma posse

Página 9



EDITORIAL

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012

Em todas as eleições é recorrente o uso da educação como plataforma política da maioria dos candidatos e as eleições municipais deste ano não fogem à regra. Durante a campanha eleitoral, muitas são as promessas, porém, assim que eleitos, tudo que foi prometido é simplesmente ignorado.

Em São Paulo, os 12 candidatos a prefeito têm dado ênfase à educação como uma das prioridades do governo municipal, principalmente a educação infantil de zero a três anos de idade, considerada um dos pontos críticos da educação municipal, com déficit atual de mais de 130 mil vagas. Este tema também tem feito parte dos discursos dos mais de 1.200 candidatos às 55 cadeiras da Câmara Municipal.

A menos de um mês das eleições, que serão realizadas em 07 de outubro, é preciso analisar as propostas de cada candidato. Afinal, como funcionários públicos, além de elegermos o próximo prefeito, escolheremos também o nosso padrão pelos próximos quatro anos, o que aumenta ainda mais a nossa responsabilidade.

Boa parte dos candidatos promete, por exemplo, investir na parceria com a iniciativa privada, intensificando a privatização dos serviços públicos. Prática contrária ao que defendemos e aprovamos em todas as nossas instâncias.

Também prometem o que, com certeza, não conseguirão cumprir, como a ampliação da rede física, com

a surpreendente construção de centenas de unidades educacionais.

Queremos que todos assumam compromisso com a educação e cobremos o atendimento às nossas reivindicações, que incluem educação pública, laica, gratuita e de qualidade social para todos, em todos os níveis; fim das terceirizações e convênios, incorporação do PDE aos padrões de vencimentos, transformação do agente escolar em ATE, transformação do agente de apoio em agente escolar, alteração da lei salarial que vincula 40% das receitas com despesas de pessoal, construção de escolas, redução do número de alunos por sala de aula, isonomia entre ativos e aposentados, valorização de todos os profissionais de educação, realização de concursos públicos, entre tantos outros itens aprovados em nossas reuniões de representantes sindicais, do Conselho Geral, em nossos congressos e deliberados nas assembleias que realizamos.

A aplicação dos princípios e diretrizes educacionais que o SINPEEM defende visa à democratização do acesso e da permanência na escola e a urgente necessidade da elevação da qualidade de ensino, com a valorização de seus profissionais.

Independentemente de quem for o próximo prefeito (a), continuaremos lutando pelo atendimento a todas as nossas reivindicações.

A DIRETORIA

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Av. Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br – e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br – imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente Claudio Fonseca (licenciado)
Vice-presidente Adelson Cavalcanti de Queiroz (presidente em exercício)
Secretário-geral Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretária-geral Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Finanças Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças Cleide Filizola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação Miriam Halcsih Machado
Secretária de Assuntos Jurídicos Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos Lourdes Quadros Alves (licenciada)
Secretária de Formação Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Formação Gicélia Santos Silva
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Eliazar Alves Varela
Secretária de Política Sindical João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos do Quadro de Apoio Reni Oliveira Pereira
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio Rogério Marcos de Melo
Secretária de Seguridade Social/Aposentados Myrtes Faria da Silva
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora Patrícia Pimenta Furbino
Secretária de Políticas Sociais Luzinete Josefa da Rocha
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização de Subsedes/Regional José Donizete Fernandes

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Alexandre Pinheiro Costa
Almir Bento de Freitas
Edson Silvino Barbosa da Silva
Eduardo Terra Coelho
Fidelcino Rodrigues de Oliveira
João Antonio Donizzetti Carvalho
José Corsino da Costa
Júlia Maia
Lílian Maria Pacheco
Marcelo Alves Nishikata
Maria Aparecida Freitas Sales
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende
Teresinha Chiappim

Journalista responsável:
Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves

OS TEXTOS PUBLICADOS NO JORNAL DO SINPEEM SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DO SINDICATO

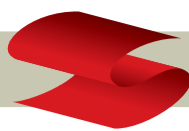
TABELA DE VENCIMENTOS

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	773,94	824,24	877,81	934,86	995,63
QPE-02	824,24	877,81	934,86	995,63	1.060,36
QPE-03	877,81	934,86	995,63	1.060,36	1.129,26
QPE-04	934,86	995,63	1.060,36	1.129,26	1.202,66
QPE-05	995,63	1.060,36	1.129,26	1.202,66	1.280,87
QPE-06	1.060,36	1.129,26	1.202,66	1.280,87	1.364,10
* QPE-07	1.129,26	1.202,66	1.280,87	1.364,10	1.452,78
* QPE-08	1.202,66	1.280,87	1.364,10	1.452,78	1.547,19
* QPE-09	1.280,87	1.364,10	1.452,78	1.547,19	1.647,78
* QPE-10	1.364,10	1.452,78	1.547,19	1.647,78	1.754,89
* QPE-11	1.452,78	1.547,19	1.647,78	1.754,89	1.868,95
* QPE-12	1.547,19	1.647,78	1.754,89	1.868,95	1.990,44
* QPE-13	1.647,78	1.754,89	1.868,95	1.990,44	2.119,80
* QPE-14	1.754,89	1.868,95	1.990,44	2.119,80	2.257,59
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	861,15	917,12	976,74	1.040,30	1.107,88
QPE-12	917,12	976,74	1.040,30	1.107,88	1.179,87
QPE-13	976,74	1.040,30	1.107,88	1.179,87	1.256,50
QPE-14	1.040,30	1.107,88	1.179,87	1.256,50	1.338,21
QPE-15	1.107,88	1.179,87	1.256,50	1.338,21	1.425,21
QPE-16	1.179,87	1.256,50	1.338,21	1.425,21	1.517,94
QPE-17	1.256,50	1.338,21	1.425,21	1.517,94	1.616,49
QPE-18	1.338,21	1.425,21	1.517,94	1.616,49	1.721,65
QPE-19	1.425,21	1.517,94	1.616,49	1.721,65	1.833,59
QPE-20	1.517,94	1.616,49	1.721,65	1.833,59	1.952,80
QPE-21	1.616,49	1.721,65	1.833,59	1.952,80	2.079,62
JBD – 30 horas/aula – Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	1.291,76	1.375,78	1.465,16	1.560,43	1.661,85
QPE-12	1.375,78	1.465,16	1.560,43	1.661,85	1.769,85
QPE-13	1.465,16	1.560,43	1.661,85	1.769,85	1.884,89
QPE-14	1.560,43	1.661,85	1.769,85	1.884,89	2.007,42
QPE-15	1.661,85	1.769,85	1.884,89	2.007,42	2.137,85
QPE-16	1.769,85	1.884,89	2.007,42	2.137,85	2.276,81
QPE-17	1.884,89	2.007,42	2.137,85	2.276,81	2.424,91
QPE-18	2.007,42	2.137,85	2.276,81	2.424,91	2.582,55
QPE-19	2.137,85	2.276,81	2.424,91	2.582,55	2.750,35
QPE-20	2.276,81	2.424,91	2.582,55	2.750,35	2.929,04
QPE-21	2.424,91	2.582,55	2.750,35	2.929,04	3.119,53
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
** QPE-11	1.722,28	1.834,24	1.953,47	2.080,60	2.215,76
** QPE-12	1.834,24	1.953,47	2.080,60	2.215,76	2.359,72
** QPE-13	1.953,47	2.080,60	2.215,76	2.359,72	2.513,00
** QPE-14	2.080,60	2.215,76	2.359,72	2.513,00	2.676,44
** QPE-15	2.215,76	2.359,72	2.513,00	2.676,44	2.850,41
** QPE-16	2.359,72	2.513,00	2.676,44	2.850,41	3.035,90
** QPE-17	2.513,00	2.676,44	2.850,41	3.035,90	3.233,00
** QPE-18	2.676,44	2.850,41	3.035,90	3.233,00	3.443,28
** QPE-19	2.850,41	3.035,90	3.233,00	3.443,28	3.667,21
** QPE-20	3.035,90	3.233,00	3.443,28	3.667,21	3.905,62
** QPE-21	3.233,00	3.443,28	3.667,21	3.905,62	4.159,23
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	2.296,48	2.445,79	2.604,83	2.774,06	2.954,44
QPE-12	2.445,79	2.604,83	2.774,06	2.954,44	3.146,38
QPE-13	2.604,83	2.774,06	2.954,44	3.146,38	3.350,89
QPE-14	2.774,06	2.954,44	3.146,38	3.350,89	3.568,66
QPE-15	2.954,44	3.146,38	3.350,89	3.568,66	3.800,68
QPE-16	3.146,38	3.350,89	3.568,66	3.800,68	4.047,80
QPE-17	3.350,89	3.568,66	3.800,68	4.047,80	4.310,89
QPE-18	3.568,66	3.800,68	4.047,80	4.310,89	4.591,07
QPE-19	3.800,68	4.047,80	4.310,89	4.591,07	4.889,47
QPE-20	4.047,80	4.310,89	4.591,07	4.889,47	5.207,33
QPE-21	4.310,89	4.591,07	4.889,47	5.207,33	5.545,75
QPE-22	4.591,07	4.889,47	5.207,33	5.545,75	5.906,29
J-40 horas / agentes de apoio e vigias					
B-1				440,39	
B-2				469,03	
B-3				499,50	
B-4				531,96	
B-5				566,55	
B-6				603,37	
B-7				642,59	
B-8				684,38	
B-9				728,83	
B-10				776,23	

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs

** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

Observação: tabelas com a aplicação do índice de 10,19% em maio. Decreto nº 53.161, publicado no DOC de 22/05/2012 (páginas 01 e 03).



SINPEEM conquista férias coletivas e RECESSO TAMBÉM PARA CEIs e EMEIs

Em 2007, após pressões realizadas por direitos iguais e longo processo de negociação, conquistamos o direito de férias coletivas em janeiro e recesso também para os profissionais de CEIs.

As férias coletivas conquistadas para os CEIs foram efetivadas a partir de 2008. No entanto, o recesso de julho não aconteceu até este ano e ainda foi iniciado um processo jurí-

dico contra este direito e até mesmo contra as férias coletivas em janeiro para toda educação infantil.

A Defensoria Pública, atendendo à representação de um grupo de mães, que confunde educação com assistência social, ingressou com ação civil pública para obrigar a Prefeitura a manter todas as unidades de educação infantil (CEIs e Emeis) funcionando todos os dias do ano

sem recesso e férias coletivas.

Apesar de toda a defesa que realizamos, o Tribunal de Justiça acolheu a ação da Defensoria recusando, inclusive, os embargos da Prefeitura. Com a decisão da Justiça, buscamos saídas nas negociações e pressões que realizamos durante a campanha salarial deste ano.

Antes mesmo de encerrar o processo de negociação da campanha

salarial de 2012, o governo enviou Projeto de Lei para a Câmara, dispondo sobre o calendário anual de atividades da Secretaria Municipal de Educação. No entanto, o PL tratava das férias e recesso das Emeis, Emefs, Emefms, Emebs e Ciejas, deixando os CEIs de fora. Não concordamos, apresentamos propostas de mudanças e pressionamos o Legislativo para aprová-las.

Substitutivo foi apresentado para garantir direitos iguais para toda a rede

O Projeto de Lei do governo foi encaminhado para a Câmara em abril deste ano. Desde então, lutamos para modificá-lo antes de sua aprovação. Após a tramitação nas Comissões e durante o processo de votação em plenário, o vereador professor Claudio Fonseca apresentou proposta modificativa ao texto original, incluindo o direito de férias coletivas e recesso para toda a educação, inclusive para os CEIs e Emeis, arti-

culou e conseguiu os votos necessários entre os vereadores para aprovar o PL em primeira e segunda votações.

Não contamos com apoio e votos de todos. Mesmo assim, vencendo todos os obstáculos e incompreensões, até de vereadores de partidos considerados progressistas, obtivemos uma extraordinária vitória na Câmara, mas que dependia ainda da sanção do prefeito.

Atuação do SINPEEM foi decisiva para a aprovação e sanção da lei

É comum, após as conquistas obtidas em função da luta e de negociações realizadas pelo SINPEEM, aparecerem os que atribuem para si a vitória alcançada. Em seus boletins e jornais invertem os fatos, superdimensionam seus feitos e absolutizam a importância dos ofícios que enviaram como determinantes para a conquista obtida.

Mas, quem participa e acompanha as lutas e negociações realizadas pelo SINPEEM, com certeza não há dúvidas: O DIREITO DE FÉRIAS

COLETIVAS E RECESSO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs e EMEIs) É MAIS UMA CONQUISTA DO SINPEEM.

VITÓRIA DA NOSSA LUTA, COMBINADA COM A CAPACIDADE DE NEGOCIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO COMPROMETIDA, SÉRIA, RESPONSÁVEL E COMPETENTE!

Aprovado o direito às férias e recesso na Câmara, realizamos gestões junto ao prefeito para sancionar a lei

Com a aprovação do Projeto de Lei pela Câmara, com a emenda do vereador professor Claudio Fonseca, foi necessário muito empenho na negociação com o Executivo, para que a Lei fosse sancionada, posto que a Secretaria de Negócios Jurídicos levava em conta a decisão da Justiça, contrária às férias e recesso na educação infantil.

Também consideravam o Projeto de Lei de autoria da Senadora Ângela Portela (PT-RR), aprovado no Senado e que tramita para a votação na Câmara dos Deputados, que determina que as unidades de educação infantil funcionem todos os dias do ano, a menos que a maioria dos pais, consultados formalmente, concorde com o direito de recesso e férias para seus filhos. Hipótese difícil de acontecer, face à transferência, pelas famílias, da educação das crianças exclusivamente para as escolas.

Apesar de um cenário bastante desfavorável, somado às pressões de alguns movimentos de mães, da Defensoria Pública, da Justiça e de alguns meios de comunicação, conseguimos conquistar a sanção pelo prefeito da Lei com as alterações do vereador professor Claudio Fonseca.

Com a Lei sancionada com a emenda do vereador professor Claudio Fonseca, todas as unidades da rede (CEIs, Emeis, Emefs, Emefms, Emebs e Ciejas) estarão submetidas ao mesmo calendário anual de atividades, com direito às FÉRIAS COLETIVAS E AO RECESSO em julho.

O recesso no final de dezembro continuará ocorrendo para CEIs, Emeis, Emefs, Emefms, Emebs e Ciejas, conforme o calendário escolar publicado anualmente em Portaria de SME.

BAILE DO SINPEEM

O Baile do SINPEEM, comemorativo ao Dia do Professor, ao Dia do Servidor Público e também ao aniversário de fundação do sindicato, é realizado todos os anos e já está integrado ao nosso calendário de atividades culturais e recreativas. Neste ano, será realizado em 20 de outubro.

Considerando a lotação do salão, a exemplo do ano passado, adotaremos o mesmo procedimento para a distribuição dos convites. Os associados interessados em participar do baile deverão se inscrever no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br) e os convites serão enviados pelos Correios.

INSCRIÇÕES

As inscrições devem ser feitas a partir do dia 8 de outubro, somente pelo site do SINPEEM até o término dos convites, que são limitados.

Cada associado tem direito a dois convites, mediante a comprovação, pela Secretaria do sindicato, de seu vínculo associativo.

O baile será no Clube Juventus (rua Juventus, s/nº, Parque da Mooca), das 23h às 4h.

Como os convites serão enviados pelos Correios, é imprescindível que o endereço do associado esteja atualizado.

IMPORTANTE

Caso os Correios permaneçam em greve, comunicaremos o procedimento para a retirada dos convites.

23º CONGRESSO DO SINPEEM

Inscrições serão aceitas até o dia 01 de outubro

O 23º Congresso do SINPEEM, com o tema “A educação pública como compromisso do Estado e da sociedade” será realizado no período de 06 a 09 de novembro, das 8h30 às 17h30, no Palácio das Convenções do Anhembi.

Durante os quatro dias do evento, que contará com 31 palestras, um painel e duas plenárias, serão debatidos temas de fundamental importância para os profissionais de educação, desde a alfabetização, práticas educativas, violência, economia e política, até o uso de tecnologias na sala de aula, educação ambiental, inclusão, saúde e neurociência.

As inscrições devem ser efetivadas entre os dias 20/09 e 01/10. As atas de eleição dos delegados com critérios de participação e programação do evento foram enviadas pelos Correios e por e-mail para todas as unidades educacionais, para os representantes sindicais e estão disponíveis para impressão no site www.sinpeem.com.br

Em função da greve dos Correios, solicitamos que as unidades imprimam as atas e façam a eleição de seus participantes, pois o prazo de inscrição não será prorrogado.

Observação: os profissionais de educação filiados a mais de um sindicato que optaram por um deles, de forma expressa e irrevogável, têm

direito à dispensa de ponto para atividades programadas pela entidade que optaram.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Podem participar do 23º Congresso, com direito a voz e voto, os associados ao SINPEEM eleitos em seus locais de trabalho e que estiverem em dia com suas obrigações sindicais.

INSCRIÇÕES

As atas devem ser entregues na sede do SINPEEM (avenida Santos Dumont, 596, Ponte Pequena, CEP 01101-080) ou enviadas pelos Correios, de 20 de setembro até às 18 horas do dia 01 de outubro de 2012.

Observações:

- será considerada a data do carimbo dos Correios como limite para os inscritos por correspondência;
- os critérios de participação, a forma de pagamento e demais informações devem ser consultadas nas atas de eleição dos delegados.

SINPEEM realizou curso preparatório para o concurso de ensino fundamental II e médio

Em função da luta do SINPEEM, desde 1992 a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo é obrigada a realizar concursos periódicos, sempre que houver 5% de cargos vagos. Além disso, a administração municipal tem de prover os cargos vagos, convocando os aprovados, obedecendo à ordem de classificação.

Normalmente, o número de aprovados convocados é superior às vagas oferecidas em editais, em função da obrigatoriedade de oferecer as vagas que surgem decorrentes de inaugurações de unidades escolares, aposentadorias ou falecimentos durante o prazo de validade do concurso.

A tabela de concursos com o número de aprovados e de candidatos convocados em todos os concursos vigentes está disponível no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br).

Curso foi preparado em forma de palestras

Em março deste ano, a SME publicou no Diário Oficial da Cidade autorização para a abertura de concurso público de ingresso para o provimento de cargos vagos de professor de ensino fundamental II e médio. O edital do concurso foi publicado em julho.

Em razão do curto espaço de tempo entre a publicação do edital do concurso e a realização das provas, previstas para o dia 30 de setembro, o curso preparatório promovido pelo SINPEEM entre os meses de agosto e setembro foi organizado em forma de palestras temáticas para os associados inscritos, envolvendo questões pedagógicas e de legislação.

Para auxiliar os associados, o SINPEEM elaborou e enviou apostilas eletrônicas com conteúdos pedagógico e de legislação.



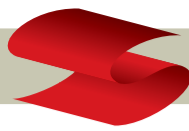
Durante quatro dias, o Congresso do SINPEEM reúne milhares de profissionais de educação no Anhembi

PDE: segunda parcela será paga em janeiro; SINPEEM quer valor maior e incorporação

O pagamento da primeira parcela do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE) foi efetuado em junho. O SINPEEM conseguiu que o valor desta parcela fosse maior do que o pago no ano passado. E, considerando a disponibilidade financeira da Prefeitura e os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, queremos que o valor total do prêmio seja superior aos R\$ 2.400,00 pagos no ano passado.

Além de valor maior, queremos mudanças nos critérios, fim dos descontos por licenças e abondadas e isonomia total entre ativos e aposentados, com a incorporação aos padrões de vencimentos, conforme decidido pela categoria em congressos e assembleias.





SINPEEM luta por manutenção e ampliação DE DIREITOS PARA A CATEGORIA

Entre 2006, quando realizamos uma das maiores greves da categoria, com a paralisação das atividades por 17 dias, e 2012, em função da luta e pressão do SINPEEM, conquistamos avanços pontuais para a categoria, que em muito diferencia a situação dos profissionais de educação da rede municipal de ensino de São Paulo dos demais servidores da Prefeitura e até mesmo do Estado.

A concessão de abonos complementares e a incorporação de gratificações são exemplos de conquistas obtidas pelo SINPEEM ao longo destes anos, garantindo a elevação dos padrões de vencimentos, preservando as estruturas e amplitudes das tabelas de vencimentos e restabelecendo a isonomia entre ativos e aposentados com paridade.

Em maio deste ano, docentes,

gestores e profissionais do quadro de apoio tiveram o índice de 10,19% incorporado aos padrões de vencimentos, referente à segunda parcela do reajuste negociado em 2011. A incorporação total será concluída com a aplicação de 10,19% em maio de 2013 e 13,43% em maio de 2014.

Também conquistamos neste período a transformação dos profes-

sores adjuntos em titulares; estabelecimento do módulo docente, composto de regência e complementação de jornada; fixação da JBD como jornada e remuneração do cargo docente, ampliação da quantidade de referências da tabela do quadro de apoio, evolução funcional, criação do auxílio-alimentação, férias coletivas e recesso para os CEIs, entre outros benefícios.

Servidores de outros quadros profissionais da Prefeitura tiveram somente 0,13% de reajuste no padrão de vencimentos

Mesmo não tendo conquistado tudo que queremos e merecemos, não podemos ignorar que a luta e pressão do SINPEEM nas negociações com o governo resultaram em conquistas significativas para todos os ativos e aposentados com direito à paridade. Com estes aumentos obtidos, os profissionais de educação totalizarão um reajuste de 108% en-

tre maio de 2008 e maio de 2014.

Enquanto isso, a cada ano, maioria dos servidores públicos vem acumulando perdas, com a absurda política de aplicação, na data-base, do insignificante índice de 0,01%, para cumprimento somente do que dispõe a Constituição Federal. O acumulado nos últimos anos ficou em 0,13%. Exatamente isto! Menos de 1%.

Luta dos profissionais de educação continua

Apesar de todas as conquistas que obtivemos, questões estruturais, como as relacionadas à democratização da gestão escolar, da educação e da administração pública; da lei que dispõe sobre a relação entre as receitas correntes líquidas da Prefeitura e despesas com pessoal, política salarial, terceirização, formação de servidores, universalização do acesso aos serviços públicos, financiamento da educação e saúde do trabalhador público continuam na ordem do dia, por pouca ou nenhuma alteração ter acontecido.

A imposição de 40% como limite nos gastos com pessoal e aceleração do processo de terceiriza-

ção dos serviços públicos são questões que comprometem a melhoria das condições de trabalho, direitos e remuneração dos servidores e dos serviços públicos à população da cidade.

A substituição de salários por abonos e gratificações por mérito e/ou desempenho não tem limites de aplicação a um único poder, tampouco ação dos governos. Nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário esta política é aplicada aos funcionários e vendida através de campanhas institucionais como forma eficaz de envolver os servidores, combater a inassiduidade, aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços.

Sindicato reivindica a antecipação de 13,43%

Não ignoramos a situação geral dos servidores e defendemos que também tenham pelo menos os mesmos reajustes que conquistamos. Temos necessidade de valorizar a educação e seus profissionais e vamos continuar lutando para entre outras coisas conseguir a antecipação dos 13,43%, garantido em lei para 2014.

O SINPEEM continuará realizando campanhas e lutas pela mudança da atual lei salarial, pelo fim das avaliações utilizadas como instrumento de punição e contra a terceirização dos serviços públicos, em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social.

Conquistar a desvinculação do alcance das metas do sistema e da equipe, das compensações por gratificação, com certeza colocará a questão remuneratória e a valorização profissional em seu verdadeiro lugar e em destaque.

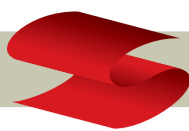
Por isso, o SINPEEM defende:

- alteração da lei salarial;
- aplicação de pelo menos 54% das receitas correntes na remuneração dos servidores;
- revisão salarial periódica e obrigatória na data-base da remuneração dos servidores públicos;
- instituição de mecanismo que determine reajuste periódico com percentual nunca inferior à inflação do período;
- criação de plano de reposição para adequação das remunerações em função das atribuições, competências, grau de formação e importância social das profissões;
- aumento real de salários;
- mudança da Lei Orgânica para que se vincule, novamente, pelo menos 30% das receitas e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- elevação das receitas destinadas ao pagamento dos precatórios;
- fim das terceirizações e expansão da rede física direta, visando ao fim dos contratos de convênios;
- renegociação e não pagamento da dívida da Prefeitura com a União;
- aplicação dos recursos provenientes da renegociação/não pagamento da dívida em saúde, educação e infraestrutura urbana da cidade;
- exigir a não inclusão dos custos com programas assistenciais como gastos com a educação.

Informações sobre atualização cadastral, filiação, desfiliação, cursos, certificados, declarações, convênios e outros.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br



■ ELEIÇÕES 2012

Candidatos a prefeito apresentam PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO

A menos de um mês das eleições municipais, quando elegeremos, além do prefeito (a) da cidade, o nosso patrão pelos próximos quatro anos, os 12 candidatos apresentam em entrevistas, debates e durante a propaganda eleitoral suas propostas para a educação na cidade de São Paulo.

A maioria dos candidatos aponta como um dos principais problemas da educação o déficit de vagas para crianças de zero a três anos. Atualmente, a Prefeitura conta com 356 Centros de Educação Infantil (CEIs) diretos, 329 indiretos e 845 creches conveniadas e uma fila de espera de mais de 120 mil crianças.

Além de soluções para sanar este problema, com a

construção de unidades e fixação de convênios com instituições particulares, intensificando o processo de privatização dos serviços públicos, há candidatos que também prometem acabar com a progressão continuada, construir centenas de creches em quatro anos, implantar o atendimento noturno nas creches próximas às estações de metrô e grandes terminais de ônibus (leia mais no editorial, na página 2).

Conforme aprovado na última reunião de representantes sindicais, o SINPEEM apresenta as principais propostas dos candidatos a prefeito de São Paulo para a educação, para que possamos avaliá-las.

SAIBA MAIS SOBRE OS CANDIDATOS A PREFEITO

Ana Luiza (PSTU)

Tem 53 anos, é servidora da Justiça Federal de São Paulo e uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal de São Paulo (Sintrajud).

Principais propostas para a educação:

- investimento de 31% das receitas em manutenção e desenvolvimento do ensino;
- criação de duas mil creches;
- aplicação de 10% do PIB em educação;
- equipar melhor as escolas e contratar professores concursados;
- investir na qualificação dos professores

Carlos Giannazi (Psol)

Tem 49 anos, é deputado estadual, doutor em História Econômica e diretor de escola da rede municipal de ensino de São Paulo, foi vereador na cidade por dois mandatos e é membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

Principais propostas para a educação:

- valorização dos profissionais de educação;
- defende a realização de concurso público;
- retorno da aplicação de 31% das receitas em manutenção e desenvolvimento do ensino;
- redução do número de alunos por sala de aula.

Anaí Caproni (PCO)

Tem 46 anos, é funcionária do setor de triagem dos Correios e conhecida por uma atuação ativa no movimento sindical. Já disputou três eleições para o governo do Estado, foi candidata a vereadora em 2002 e a prefeita em 2008.

Principais propostas para a educação:

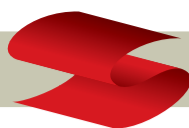
- defende a estatização dos serviços públicos;
- contratação de professores;
- aumento salarial para os profissionais de educação;
- construção de escolas.

Celso Russomanno (PRB)

Tem 46 anos, é jornalista e advogado. Tornou-se popular por atuar na defesa do consumidor. Foi eleito deputado federal por quatro mandatos. Em 2010, foi candidato ao governo de São Paulo.

Principais propostas para a educação:

- ampliação o número de creches, otimizando os espaços existentes com a verticalização das unidades;
- parceria com as unidades particulares para atender à demanda;
- investir na implantação da educação em tempo integral;
- reavaliar o regime de progressão continuada;
- investir na valorização dos profissionais da rede.



Fernando Haddad (PT)

Tem 49 anos, é professor universitário, formado em Direito, mestre em Economia e doutor em Filosofia. Foi o chefe de gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo na gestão da prefeita Marta Suplicy e ministro da Educação nos governos Lula e Dilma Rousseff.

Principais propostas para a educação:

- investir em convênios para construir 172 creches;
- priorizar a educação em tempo integral com atividades em outros equipamentos públicos, como museus, parques, bibliotecas e centros culturais.

Levi Fidelix (PRTB)

Tem 55 anos, foi apresentador, professor e colunista. Disputa sua 12ª eleição, sem nunca ter sido eleito. Foi candidato a prefeito, a governador do Estado e a presidente da República.

Principais propostas para a educação:

- suspensão dos contratos com empresas terceirizadas que fornecem merenda escolar;
- resgatar a figura dos orientadores educacionais;
- adotar bibliotecas para pais e alunos;
- informatizar as escolas;
- acabar com a progressão continuada.

Gabriel Chalita (PMDB)

É escritor e doutor em Direito, Comunicação e Semiótica. Foi secretário da Juventude, Esporte e Lazer e da Educação do Estado de São Paulo. Também foi vereador de São Paulo e deputado federal.

Principais propostas para a educação:

- investir na construção de creches;
- escolas em tempo integral;
- investir na escola da família;
- atendimento noturno nas creches próximas às estações de metrô e grandes terminais de ônibus para mães que trabalham à noite.

Miguel Manso (PPL)

Tem 56 anos, é formado em engenharia e presidente estadual do PPL e já foi assessor da Câmara Municipal de São Paulo. É a primeira vez que ele disputa uma Eleição.

Principais propostas para a educação:

- acabar com a aprovação automática;
- investir na construção de jardins de infância para solucionar o problema de falta de creches.

José Maria Eymael (PSDC)

Tem 73 anos e é deputado federal. Formado em Filosofia e Direito, disputa a Prefeitura de São Paulo pela terceira vez. Também já concorreu à presidência da República por três vezes.

Principais propostas para a educação:

- investir na educação inclusiva;
- valorização profissional e salarial dos professores de educação;
- implantação de um sistema municipal de bolsas de estudos.

Paulinho da Força (PDT)

Tem 56 anos e é presidente da Força Sindical. Foi candidato a prefeito em 2004, eleito deputado federal em 2006 e reeleito em 2010.

Principais propostas para a educação:

- ampliar a rede pública de educação infantil e zerar o déficit de vagas na educação infantil;
- aumentar a carga horária da educação infantil e do ensino fundamental para cinco horas e depois em período integral, com a construção de CEUs;
- reduzir para 30 o número de alunos por sala;
- acabar com a progressão continuada.

José Serra (PSDB)

Tem 70 anos e é economista. Em 2004 foi eleito prefeito de São Paulo e deixou o cargo dois anos depois para disputar o governo do Estado. Foi deputado federal, senador por São Paulo, ministro do Planejamento, ministro da Saúde e governador do Estado. Também disputou duas eleições presidenciais, em 2002 e 2010.

Principais propostas para a educação:

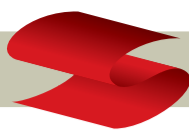
- ampliar o número de vagas na rede pública;
- investir nos profissionais de educação;
- expandir o programa "Ler e escrever" e os cursos profissionalizantes;
- construir creches próximas às estações de metrô.

Soninha Francine (PPS)

Tem 45 anos e é jornalista. Foi eleita vereadora em 2004. Em 2008, disputou a prefeitura de São Paulo pela primeira vez. Foi subprefeita da Lapa entre 2009 e 2010.

Principais propostas para a educação:

- investir em segurança nas escolas;
- investir na contratação de mães "crecheiras";
- construção de novas creches;
- acabar com o déficit de aprendizagem, investindo na alfabetização;
- valorização do professor e realização de concursos públicos.



Projeto de Lei que cria mais duas referências para docentes ainda tramita na Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal aprovou Projeto de Lei Substitutivo ao PL nº 310/12 do Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos de assistente de diretor para CEIs, pagamento de Abono Complementar de piso para os comissionados do quadro de apoio e ampliação de duas referências nas tabelas dos docentes e gestores.

O substitutivo altera os tempos para o alcan-

ce das novas referências e inclui os aposentados ao enquadramento nas novas referências, reivindicações defendidas pelo SINPEEM durante a campanha salarial da categoria deste ano.

O PL Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça tramitará ainda pelas Comissões de Finanças e Orçamento; Administração Pública e, finalmente, pela Comissão de Educação, antes de ser votado em plenário pelos 55 vereadores.

SINPEEM quer substitutivo com demais reivindicações apresentadas durante a campanha salarial deste ano

Além das reivindicações que foram incorporadas ao projeto original do Executivo, o SINPEEM defende e incluirá no PL Substitutivo a manutenção, em regulamentação por Decreto, dos títulos com pesos que aceleram os enquadramentos, permitindo que o enquadramento na última referência aconteça com menos tempo. Reivindi-

camos, ainda, que todos os profissionais que se aposentaram na última referência sejam enquadrados na última da nova tabela.

O SINPEEM defende e proporá também a inclusão das seguintes reivindicações, apresentadas durante a campanha salarial da categoria deste ano:

- 1 - abono complementar de piso para os comissionados do quadro de apoio retroativo ao mês de maio de 2011 e não a maio de 2012, como consta do Projeto;
- 2 - transformação de todos os agentes de apoio em agente escolar e enquadramento no QPE nas referências relativas ao seu tempo;
- 3 - fixação do QPE-06 como referência inicial para o cargo de ATE;
- 4 - pagamento de diferença por exercício de função para o ATE;
- 5 - investidura no cargo de secretário de escola por concurso público;
- 6 - transformação dos atuais agentes escolares em ATEs e enquadramento nas referências deste cargo;
- 7 - ampliação do percentual e efetivação da Gratificação por Local de Trabalho, prevista na Lei nº 14.660/07;
- 8 - volta do direito de incorporação da remuneração por exercício de jornadas especiais, cargos e funções para fins de aposentadoria;
- 9 - cursos periódicos oferecidos pela SME, inclusive dentro da jornada de trabalho do cargo ou de opção, com validação para evolução funcional;
- 10 - fixação de novo prazo para os professores que continuam na JB optarem pela JBD como jornada do cargo.

Ideb: SINPEEM mantém luta contra as avaliações e defende investimento na valorização dos profissionais de educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação, é realizado desde 2005. É calculado a cada dois anos a partir dos dados sobre o rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e as médias na Prova Brasil, que avalia o desempenho dos alunos do 5º e do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio nas disciplinas em Língua Portuguesa e Matemática.

Desta forma, para que o índice de uma escola cresça é necessário que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

Recentemente, o Inep divulgou o resultado do Ideb de 2011. Apesar de apontar que o país superou as metas na educação propostas pelo Ministério da Educação (MEC) para serem alcançadas nos dois ciclos do ensino fundamental (de 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano), a estimada para o ensino médio se manteve no mesmo patamar, sem quaisquer indicações de melhora.

No entanto, na avaliação individual, verifica-se que 39% dos 5.357 municípios de todo o país que tiveram o Ideb calculado estão abaixo da média, comprovando que a educação básica continua merecendo pouca atenção dos governos, em todas as esferas – municipal, estadual e federal – e que a valorização dos profissionais de educação, com melhores condições de trabalho e salários dignos continua na ordem do dia. Em 2009 este índice foi de 24%.

Segundo o MEC, a expectativa é para os últimos anos do ensino fundamental (6º, 7º, 8º e 9º anos), é de que o Ideb chegue a 5,2 pontos daqui a nove anos.

Na Prefeitura de São Paulo, tem sido aplicada continuamente uma política de abonos e gratificações. Salvo os profissionais de educação que através das pressões e negociações realizadas pelo SINPEEM, tem conseguido incorporá-las aos padrões de vencimentos dos ativos e aposentados com paridade, os demais servidores estão no pior dos mundos com esta política e tem seus enquadramentos por evolução, vinculados as Avaliações de desempenho.

Avaliações estas, cujos resultados ignoram as deficiências causadas pela falta de investimentos do poder público e servem às campanhas de desmoralização dos servidores e dos serviços públicos.

O SINPEEM mantém a luta contra as avaliações institucionais e defende que os trabalhadores em educação construam os seus instrumentos de avaliação e os use para uma concepção de educação que atenda às reivindicações dos trabalhadores.

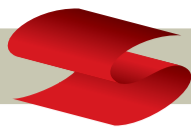
Também acredita que o processo de avaliação teórica e prática deve ser elaborado coletivamente entre o Poder Executivo e os educadores abrangendo:

- 1 - a formulação das políticas educacionais;
- 2 - a aplicação das políticas educacionais pelas redes de ensino;
- 3 - o desempenho dos profissionais do magistério e do quadro de apoio à educação;
- 4 - as condições socioeducativas dos educandos;
- 5 - os resultados alcançados pelas unidades e pelo sistema de ensino;
- 6 - pisos por cargo, classe, jornada e desenvolvimento nas carreiras.

Acesse o site

www.sinpeem.com.br

cadastre seu e-mail e receba nossas correspondências



Conselho Geral do SINPEEM toma posse

O Conselho Geral do SINPEEM eleito em 16 de abril, para o biênio 2012 a 2014, tomou posse em 14 de setembro, em solenidade realizada na Casa de Portugal.

Vale destacar que entre as atribuições dos conselheiros estão a organização do trabalho sindical nas 13 regiões de atuação, encaminhando as deliberações aprovadas nas instâncias do sindicato, e a realização de debates das indicações feitas bimestralmente nas reuniões de representantes sindicais.

A luta por melhorias para os profissionais de educação é ininterrupta. Nossos desafios são de enormes proporções e nossas tarefas numerosas. Por isso, precisamos fortalecer cada vez mais o nosso sindicato. Nesse sentido, o trabalho dos conselheiros, juntamente com os representantes sindicais, é fundamental para a participação e unidade da categoria.

Observação: a participação em atividades sindicais com dispensa de ponto, como reuniões de representantes, do Conselho Geral e congresso anual, promovido pelo SINPEEM, não implica em descontos no valor do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE).



Fotos: Fernando Cardozo

SINPEEM exige a publicação da evolução funcional do quadro de apoio no Diário Oficial

A evolução funcional do quadro de apoio foi uma importante conquista do SINPEEM no governo Marta Suplicy.

Com o atraso na publicação no Diário Oficial da Cidade, a Prefeitura tem negado este direito e o consequente enquadramento destes servidores. Foi assim em 2010 e em 2011, com publicação em fevereiro e abril, respectivamente.

Em 2012, até o momento, o governo ainda não publicou o enquadramento, prejudicando os profissionais do quadro de apoio.

O SINPEEM reivindica evolução do quadro de apoio já!

Remoção do quadro de apoio realizada com demais profissionais de educação

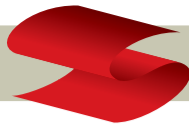
Neste ano, conforme compromisso assumido com o SINPEEM, a Secretaria Municipal de Educação publicou no DOC dos dias 31 de agosto e 01 de setembro o edital de inscrições e procedimentos para os Concursos de Remoção 2012 para todos os profissionais de educação do magistério e do quadro de apoio (agentes escolares e ATEs).

Sindicato mantém pressão por atendimento às demais reivindicações

O sindicato, que tem claro posicionamento contra a terceirização dos serviços de merenda, limpeza, manutenção, segurança e vigilância também continua pressionando a SME para que atenda às demais reivindicações da categoria. Entre elas:

- fim das terceirizações;
- ampliação do módulo do quadro de apoio antes da remoção, como já foi defendido e encaminhado pelo SINPEEM à SME;
- realização de concurso para provimento dos cargos do quadro de apoio e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários;
- integração do agente de apoio ao Quadro dos Profissionais de Educação, com extensão de todos os direitos a eles;
- reorganização do quadro de apoio, com criação de novos cargos e funções para atender a todas as necessidades operacionais, administrativas e técnico-administrativas.

Conforme a indicação aprovada na reunião de representantes ocorrida no dia 23/08 o SINPEEM deve pressionar e exigir do governo a publicação imediata da evolução funcional do quadro de apoio.



Precatórios: SINPEEM atendeu a MAIS DE DOIS MIL ASSOCIADOS

Em 2011, quando a Prefeitura de São Paulo criou a Câmara de Conciliação de Precatórios, durante 15 dias o SINPEEM realizou um trabalho de esclarecimento aos associados que possuem crédito (precatório) a receber da Prefeitura, para os quais o sindicato ganhou ações. Na ocasião, foram atendidos

mais de oito mil filiados com direito ao recebimento de precatórios relativos às ações dos 81%, do Iprem, de demora de aposentadoria, entre outros.

Neste ano não foi diferente. Assim que a Prefeitura publicou no DOC a abertura da Câmara de Conciliação, o SINPEEM convocou to-

dos os associados com direito ao benefício para optar por sua participação neste processo, já que, como esta opção não é automática, tem de ser feita anualmente. Durante 15 dias foram atendidos mais de dois mil associados.

O trabalho do sindicato foi elogiado pela maioria dos associados

convocados e que estiveram no Centro de Formação do SINPEEM, onde foram recebidos e devidamente orientados por funcionários e diretores e ainda puderam dirimir suas dúvidas sobre os processos com advogados do Departamento Jurídico do sindicato, que trabalharam em esquema de plantão.

Servidores questionam 50% de deságio

Nos acordos, o deságio de 50%, aplicado sobre todos os precatórios, independentemente da situação, tem sido decisivo para que os associados rejeitem o acordo com a Prefeitura.

O diretor de escola Alberto Miranda Antônio (foto) está entre estes servidores. Para ele, vale a pena esperar. “Não é vantagem assinar o acordo, porque a perda é muito grande. Além do deságio, ainda tem descontos de Imposto de Renda e do Iprem. Por enquanto, prefiro esperar. Se futuramente eu precisar, pode ser que mude de ideia”, afirmou.

A professora de educação infantil e ensino fundamental I Joseni Passador Garcia também preferiu não aceitar. Para ela, “o trabalho realizado pelo SINPEEM é esclarecedor e nos ajuda a ver a situação com mais clareza. Por isso, mesmo com a demora, acredito que vale a pena espe-



rar. Estou fazendo uma poupança forçada”.

“Estive no Tribunal de Justiça e me garantiram que todos vão receber os precatórios. Então, como o desconto é muito grande, prefiro esperar”, disse a professora de educação infantil aposentada Odete Aparecida Savoia Lima.

De fato, é absurdo. A Prefeitura, além de atrasar o pagamento dos precatórios, impõe perda a quem esperou tanto para receber.

Demora em receber precatórios e agressão ao direito reconhecido pela Justiça

Em 2012 ainda estão sendo pagos, com atraso, os precatórios de 2001 e 2002. Isto significa que os precatórios de 2011 ou 2012, por exemplo, só devem ser pagos num prazo de dez anos ou mais.

Para muitos associados, principalmente os aposentados, esta espera é desanimadora. É o caso de Maria Aparecida Pereira (foto). Aposentada e com 80 anos de idade, ela assinou o acordo. “Não tenho mais idade para esperar tanto tempo, por isso, preferi fazer o acordo. Espero receber logo”, disse.

Em 2011, Jair Sipioni foi convocado pelo SINPEEM, mas não aceitou o acordo. Neste ano, ao receber a carta do sindicato, resolveu tomar ciência de sua situação e decidiu aceitar o acordo com a Prefeitura. “O tempo de espera é muito longo. Não quero esperar”, disse.



A lista preliminar dos servidores que aceitaram participar da Câmara de Conciliação será publicada no portal da Prefeitura (www.prefeitura.sp.gov.br), no link Negócios Jurídicos.



SINPEEM DIVULGA SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR

Atendendo às deliberações da categoria, o SINPEEM elaborou uma proposta de Regimento Escolar para ser debatida nas unidades educacionais da rede municipal de ensino, inclusive com orientações, regime disciplinar, definição do papel e atribuições de cada um que participa efetivamente do processo ensino/aprendizagem.

Esta proposta de Regimento faz parte das políticas permanentes do SINPEEM, que visam à defesa da educação pública laica e de qualidade social para todos, em todos os níveis, partindo do princípio de que é necessária a interação e parceria entre a escola, a família e a sociedade

de para que os princípios de tolerância, respeito e convivência escolar sempre prevaleçam, ratificando a importância do Conselho de Escola, que deve ter caráter deliberativo.

A proposta foi distribuída a todos os representantes sindicais que participaram da reunião de mês de agosto e está disponível para consulta e impressão no site www.sinpeem.com.br

Deve ser analisada e subsidiar as discussões nas unidades entre os profissionais de educação, pais de alunos e a comunidade em geral sobre a organização do ensino, da escola e seu funcionamento.

SINPEEM apresenta subsídio para discussão e atualização do regimento
São Paulo, agosto de 2012

INTRODUÇÃO

Com esta publicação, o SINPEEM tem por objetivo fornecer aos profissionais de educação da rede municipal de ensino subsídios necessários para o debate sobre a elaboração do Regimento Escolar.

Nos 16 anos que se seguiram entre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) até o momento, a sociedade brasileira mudou significativamente. Surgiram novas demandas sociais e políticas inexistentes na época.

Novos temas devem suscitar nossa reflexão, nos ajudando a atualizar o Regimento Escolar.

Sem esperar a totalidade dos assuntos e apenas para citar: não podem ser desconsiderados assuntos como a nova realidade da educação infantil, especialmente a integração das creches ao sistema municipal de ensino; o novo ensino fundamental de nove anos e sua regulamentação municipal; o protagonismo infantil/juvenil e as questões referentes à Lei nº 8.069/90 (ECA), a temática de inclusão dos alunos com deficiência, entre outros temas.

Todos os assuntos relevantes à educação nacional foram debatidos nos últimos anos. Neste sentido, o MEC publicou vasta documentação e resoluções tratando de assuntos do cotidiano escolar, mantida e atualizada também pelo Conselho Municipal de Educação de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação. É preciso olhar com atenção este material.

Apresentamos nesta proposta de Regimento Escolar a contribuição do SINPEEM, como fizeram em 1998, visando subsidiar o debate na rede municipal de ensino. Esperamos que este documento possa ajudar na contínua construção de seus regimentos, instrumentos necessários para uma educação pública de qualidade social.

Nossos princípios devem nortear as nossas escolas e, por isso, retomamos aqui, os mais significativos.

1 - DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E LAICA PARA TODOS, EM TODOS OS NÍVEIS

A educação, no Brasil e no mundo, passa por profundas transformações, sob o impacto das novas tecnologias e mudanças no caráter e papel do Estado.

Transformações, que evidenciam que um dos maiores desafios da educação brasileira, e talvez o mais complexo e difícil, é atuar

como protagonista para a superação da desigualdade e da exclusão.

É conhecendo este desafio que devemos analisar as medidas já adotadas e que tiveram impacto nos sistemas e organização do ensino, como o Fundeb, ensino fundamental de nove anos, educação infantil obrigatória, educação em tempo integral, avaliações externas, programas de acesso e financiamento ao ensino superior, inclusão, concurso nacional para professores, plano nacional docente e também a proposta de Plano Nacional de Educação, anunciado pelo MEC.

2 - UNIVERSALIZAÇÃO AINDA NÃO ESTÁ ASSEGURADA

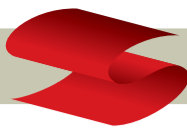
A universalização do atendimento escolar da população de quatro a cinco anos de idade até 2016 e a ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender à 50% da população de até três anos, são alçadas à condição de metas número um do PNE. O SINPEEM deve lutar pelo atendimento de 100% da demanda de CEIs e da população de quatro a cinco anos de idade.

O município procura estratégias para o atendimento à demanda de educação infantil usando sua rede de forma direta e prejudicial às crianças e educadoras. Devemos exigir da SME a abertura da Proletária nº 033/2011, artigos 20, 21 e 22 e seus parágrafos, que determinam a quantidade de crianças atendidas nos CEIs e Emels para minimizar a quantidade de crianças atendidas nos CEIs e Emels em 2012, para as quantidades de crianças por turma, conforme resoluções congressuais.

Como meta número dois está a universalização do acesso ao ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e, como meta número três, universalizar, também até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.

Tar como objetivo o retorno dos CEIs indetidos para o controle da Prefeitura e a ampliação da rede física para o atendimento à demanda na educação infantil e em toda a educação básica e superior é a elevação da universalização do direito à escola pública, princípio que deve estar expresso no PNE.

Para isso, é necessária uma ação planejada, com fixação de metas e suas etapas. É consenso entre nós a proposta de reunir os CEIs conveniados para a rede direta. Já aprovamos diversas vezes esta bandeira e obtivemos sucesso em sua aprovação no Conselho Municipal de Educação. Porém, sabemos que a luta será árdua quando da apresentação do projeto de lei do PNE, que terá um forte componente privatizante.



ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Aposentados escolhem delegados para o Congresso

A próxima reunião do Núcleo dos Aposentados do SINPEEM será realizada no dia 02 de outubro (terça-feira), às 14 horas, no Centro de Formação do sindicato (rua Guaporé, 240, Ponte Pequena).

Na ocasião serão eleitos os delegados para o 23º Congresso do SINPEEM, que acontecerá no período de 06 a 09 de novembro, no Palácio das Convenções do Anhembi.

Confraternização em Ibiúna

Conforme decidido na reunião de agosto, não haverá reunião do Núcleo em novembro, em função do Congresso. Porém, no dia 27 de novembro realizaremos a nossa festa anual de confraternização, no SINPEEM Park Hotel, em Ibiúna.

As inscrições devem ser feitas no período de 08 a 22 de novembro, na Secretaria do sindicato (avenida Santos Dumont, 596, Ponte Pequena) ou pelo telefone 3329-4516, até o preenchimento das 220 vagas. A taxa é de R\$ 30,00.

O associado que optar em fazer a inscrição por telefone terá de fazer o depósito no banco **Santander Banespa, agência 0243, conta corrente 13001194-6**, e enviar o comprovante via fax (3329-4501) ou para o e-mail: informes@sinpeem.com.br, com nome e RF. Somente após este processo a inscrição será confirmada.

Cada participante pode levar até dois acom-

panhantes, que também pagam R\$ 30,00 cada. Neste valor estão incluídos café da manhã, almoço e café da tarde.

Atenção: o associado deve informar à Secretaria os dados pessoais dos acompanhantes que levará (nome e RG).

OBSERVAÇÕES

- ✓ A saída dos ônibus para Ibiúna será às 7 horas, do Centro de Formação do SINPEEM (rua Guaporé, 240, Ponte Pequena).
- ✓ O retorno para São Paulo está previsto para as 17 horas.
- ✓ O associado inscrito deve indicar se usará o transporte do SINPEEM.



Recentemente, os aposentados realizaram passeio a Campos do Jordão (SP), considerada a "Suíça Brasileira", onde passaram um dia agradável, visitando vários pontos turísticos da cidade. Também visitam a Expoflora, em Holambra

PUBLICAÇÕES NO DOC

LEI

nº 15.625 (DOC de 20/09/2012, página 01) - dispõe sobre a elaboração do Calendário Anual de Atividades das unidades escolares no município de São Paulo e cria os polos de atendimento aos alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil que deles necessitam.

COMUNICADOS

nº 1.373 (DOC de 07/09/2012, página 57) - dispõe sobre as Emefs que serão organizadas em dois turnos diurnos a partir de 2013.

nº 1.379 (DOC de 11/09/2012, página 57) - dispõe sobre a abertura de inscrições para os Concursos de Remoção

nº 1.386 (DOC de 12/09/2012) - convoca os docentes selecionados para participação na Jornada: Pré-testagem de Itens da Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente.

nº 1.399 (DOC de 15/09/12, páginas 77 a 84) - publica a relação dos docentes considerados excedentes e inscritos de ofício no Concurso de Remoção.

nº 1.400 (DOC de 15/09/2012, páginas 49 a 76) - divulga a relação das vagas iniciais a serem oferecidas nos Concursos de Remoção de 2012.

nº 1.402 (DOC de 15/09/2012, página 95) - dispõe sobre a realização do processo de autoavaliação das unidades escolares para 2012.

nº 1.433 (DOC de 22/09/2012, página 43) - dispõe sobre a realização do 1º Seminário de Práticas Pedagógicas em Educação Física.

nº 1.440 (DOC de 26/09/2012, página 48) - republica a relação dos docentes considerados excedentes e inscritos de ofício nos Concursos de Remoção.

DECRETOS

nº 53.394 (DOC de 04/09/2012, página 01) - autoriza a transferência, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, da gestão e execução dos serviços de manutenção predial de escolas e demais equipamentos da SME.

nº 53.442 (DOC de 26/09/2012, páginas 03 e 04) - estabelece, em caráter excepcional e por tempo determinado, forma e condições específicas para a concessão, aos servidores municipais, das licenças previstas no artigo 138, incisos I, II e VII, e no artigo 148 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979.

DESPACHO

DOC 22997/2012 (TID 9457154) - DOC de 01/09/2012, página 01 - autoriza a prorrogação contratos por tempo determinado de profissionais para o exercício da função de professor de ensino fundamental II e médio.

EDITAL

DOC de 01/09/2012 - páginas 89 e 90) - abertura de inscrições e de procedimentos dos Concursos de Remoção 2012 dos profissionais de educação da SME.

PORTARIAS

nº 5.174 (DOC 11/09/2012, página 14) - dispõe sobre a dispensa de ponto para os professores participantes da Jornada de Pré-testagem, em conformidade ao disposto no Comunicado SME nº 1.386.

nº 5.144 (DOC de 12/09/2012, página 13) - altera o inciso IV do artigo 1º da Portaria nº 6.780, de 28/12/2011, que dispõe sobre a dispensa de ponto aos filiados ao SINPEEM.

EXCURSÕES

NACIONAIS

BELÉM DO PARÁ, ILHA DO MARAJÓ E ALTER DO CHÃO (PA) - DE 09 A 17/10

Inclui: transporte aéreo, hospedagem, pensão completa, ingressos para os passeios do roteiro.
Valor: 12 x R\$ R\$ 332,00

PARATY (RJ) - DE 01 A 04/11

Inclui: transporte rodoviário, hospedagem e ingressos para os passeios do roteiro.
Valor: 12 x R\$ 88,00

SERRA GAÚCHA (RS) - NATAL LUZ - 20 A 27/12

Visitas: Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gramado, Canela, Nova Petrópolis, Antônio Prado e Farroupilha. **Inclui:** transporte aéreo, hospedagem e pensão completa com ceia de Natal.
Valor: 12 x R\$ 270,00

REVEILLON - RIO DE JANEIRO - 29/12/12 A 01/01/13

Visitas: Jardim Botânico, Corcovado, Pão de Açúcar, Petrópolis. **Inclui:** transporte aéreo, hospedagem, pensão completa com ceia de Réveillon (festa privada em Copacabana) e city tour panorâmico.
Valor: em até 15 x R\$ 312,00

INTERNACIONAIS

BUENOS AIRES (ARGENTINA) - 14 A 18/11/12

Visitas: tour panorâmico em Buenos Aires e Estância la Alameda. **Inclui:** transporte aéreo, hospedagem, pensão completa, city tour, traslado de chegada e saída, seguro, tarifa de embarque, show de tango no Señor Tango com jantar.
Valor: em até 12 x US\$162,00

CHILE - 14 a 18/11/12

Visitas: tour panorâmico em Santiago, Valparaíso e Vina Del Mar. **Inclui:** transporte aéreo, hospedagem, passeios do roteiro, pensão completa, show folclórico, passeio em vinícola e no Delta do Rio Tigre.
Valor: em até 12 x US\$ 182,00

TERRA SANTA - 13/01 A 01/02/13

Visitas: Egito, Jordânia, Israel e cruzeiro no Rio Nilo **Inclui:** transporte aéreo, 18 noites de hospedagem, pensão completa, ingressos para os passeios do roteiro.
Valor: em até 15 x US\$ 523,00

ÁFRICA DO SUL COM ANGOLA - 10 A 22/01/13

Visitando: Cidade do Cabo, Pretória, Johannesburgo, Park Kruger e Knysna. **Inclui:** transporte aéreo, taxas de embarque, hospedagem, pensão completa e ingressos para os passeios do roteiro.
Valor: em até 15 x US\$ 375,00

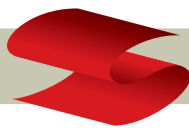
PORTUGAL E ESPANHA - 12 A 30/03/13

Visitas: Porto, Lisboa, Faro, Sevilla, Granada, Madrid, Barcelona, Santiago de Compostela, Fátima, Sintra, Cascais, Toledo e Zaragoza. **Inclui:** transporte aéreo, hospedagem, pensão completa, ingressos para passeios do roteiro, shows de Fado e de Flamenco.
Valor: em até 15 x US\$ 523,00

Observação: os valores podem ser alterados sem aviso prévio.

AS INSCRIÇÕES SÃO FEITAS POR ORDEM DE CHEGADA, PESSOALMENTE, NA RUA MARQUÊS DE ITU, 88 - SALA 03 METRÔ REPÚBLICA - SAÍDA CAETANO DE CAMPOS FONE/FAX: 3221-3346

Consulte as opções completas e passeios inclusos: www.viagenshorizontes.com.br



Acompanhe a programação do SINPEEM Park Hotel e do SINPEEM Peruíbe Hotel e faça a sua inscrição

FESTA EM IBIÚNA

Festa Afro-brasileira

Dia 20 de novembro - Inscrições: 05 a 09/11

FERIADOS

15 de novembro

Período: 15 a 18/11 - Inscrições: 08 a 11/10
Sorteio: 15/10 - Pagamento: 22 a 26/10

Natal

Período: 22 a 26/12 - Inscrições: 05 a 14/11
Sorteio: 19/11 - Pagamento: 26 a 30/11

Ano-novo

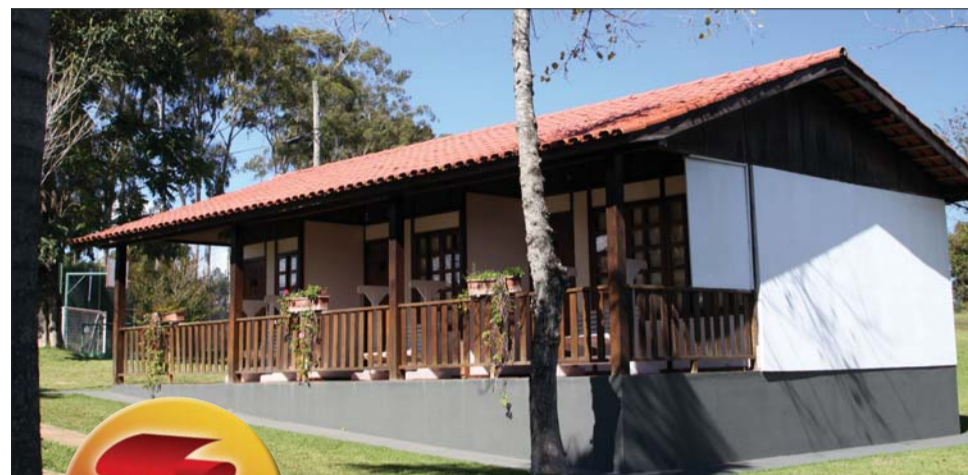
Período: 28/12 a 01/01/2013 - Inscrições: 05 a 14/11/2012
Sorteio: 19/11/2012 - Pagamento: 26 a 30/11/2012

Janeiro 2013

Período: 03 a 07 – 09 a 13 – 16 a 20 – 23 a 27/01/2013
Inscrições: 05 a 14/11/2012
Sorteio: 19/11/2012 - Pagamento: 26 a 30/11/2012

Carnaval 2013

Período: 09 a 12/02/2013 - Inscrições: 05 a 14/11/2012
Sorteio: 19/11/2012 - Pagamento: 26 a 30/11/2012



Fotos: Fernando Cardozo

Oservação: a programação dos feridos é válida para as as duas colônias

Mais informações sobre as colônias pelo fone 3329-4521 ou e-mail colonia.lazer@sinpeem.com.br



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

Avenida Santos Dumont, 596
CEP 01101-080
Ponte Pequena - São Paulo - SP
Fone 3329-4500
sinpeem@sinpeem.com.br

Para uso dos Correios

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____
Em ____/____/____ responsável

IMPRESSO ESPECIAL

9912252003/DR/SPM

SINPEEM

CORREIOS

